

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

87 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 21 a 25/06/2021):

1. CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE AS RELAÇÕES UE-ÁFRICA	1
2. CONSELHO EUROPEU DE 24 E 25 DE JUNHO	2
Conclusões formais	2
Hungria	3
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	3
4. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	4
ECON	4
AFCO	5
SEDE	5
5. COMISSÃO PLANOS NACIONAIS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	5
6. PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU - NOVAS REGRAS	5
7. COMISSÃO EUROPEIA CIBER UNIDADE CONJUNTA	6
8. RELAÇÕES UE - ANGOLA: ACORDO DE INVESTIMENTO	6
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Conselho de Negócios Estrangeiros	6
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7
Presidência Portuguesa - Dimensão parlamentar	7

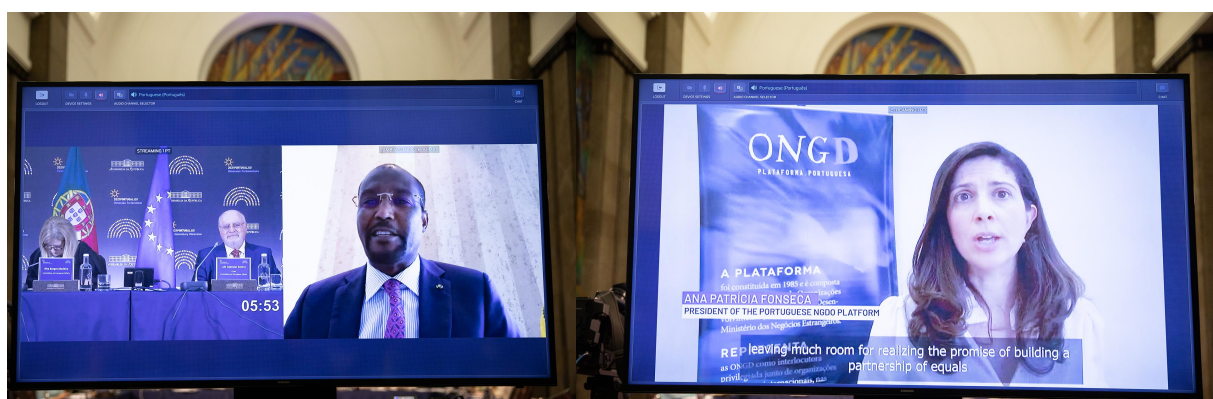
1. CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE AS RELAÇÕES UE-ÁFRICA¹

No dia 21 de junho, teve lugar a Conferência [sobre o papel dos Parlamentos no aprofundamento da relação UE-África](#), realizada no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), concretizando assim uma das suas principais prioridades: debater qual a intervenção e o papel que os Parlamentos podem exercer no desenvolvimento e aprofundamento das relações entre a UE e África.

Na Sessão de Abertura, estiveram presentes o Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues (discurso [aqui](#)), e a Presidente do Parlamento de Moçambique, Esperança Bias. Foi, ainda, transmitida uma mensagem de vídeo da Presidente da Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, [Ana Patrícia Fonseca](#), com especial ênfase no estudo “[União Europeia e África: Rumo a uma Parceria “Entre Iguais”?](#)”, recentemente publicado.



A primeira sessão da Conferência versou sobre [A cooperação União Europeia-ACP e o papel dos Parlamentos](#), moderada pela Deputada Catarina Rocha Ferreira, e tendo como oradores Georges Rebelo Pinto Chikoti, Secretário-Geral ACP (discurso disponível [aqui](#)), Carlos Zorrinho, Presidente da Delegação à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE do Parlamento Europeu, Koen Doens, Diretor Geral da Direção-Geral para as Parcerias Internacionais da Comissão Europeia e Jean François Mbaye, Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional de França. No debate, os Deputados focaram o acordo pós Cotonu, os seus objetivos ambiciosos e o papel dos parlamentos para o concretizar e estreitar as relações UE-ACP, destacando ainda a necessidade de criação de empregos e melhorar as economias locais dos países parceiros e realçando o papel dos parlamentos no multilateralismo.



¹ Ponto elaborado com o apoio da equipa da Comissão de Assuntos Europeus.

A segunda sessão foi dedicada [*A nova Estratégia União Europeia - África: o papel dos Parlamentos nacionais*](#), com moderação da Deputada Rita Borges Madeira, e contou com a presença de Armindo João da Luz, Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, María Soraya Rodríguez, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com o Parlamento Pan-Africano, Awad Sakine Ahmat, Chefe da Missão Permanente da União Africana junto da União Europeia e Piero Fassino, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados do Parlamento Italiano. Os Deputados debateram a **importância da educação e formação dos jovens e do empoderamento das mulheres nos países africanos**, realçaram que, ao nível parlamentar, deviam ser aprofundadas as relações da UE com África, enquanto forma de cooperação na qual se incluía o princípio da transparência, destacando a importância da boa governança e a necessidade de aumentar a vacinação em África, referindo, por fim, a relevância do combate às alterações climáticas.

Na sessão de encerramento, destaca-se a [intervenção](#) de [Mo Ibrahim](#), Fundador e Presidente da Fundação Mo Ibrahim e Cofundador da Fundação África-Europa, bem como do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, através de [mensagem de vídeo](#). Luís Capoulas Santos, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, [encerrou](#) os trabalhos.



2. CONSELHO EUROPEU DE 24 E 25 DE JUNHO

Conclusões formais

Nos dias 24 e 25 de junho, teve lugar uma reunião do [Conselho Europeu](#) que, tal como indicado na [carta de convite](#) do Presidente desta instituição, Charles Michel, se iniciou com uma troca de pontos de vista com o **secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres**, sobre desafios e questões geopolíticas mundiais e, em seguida, debateu os seguintes pontos (cobertura noticiosa [aqui](#)):

- **COVID-19:** foram adotadas [conclusões](#), congratulando-se os bons progressos da vacinação e com a melhoria global da situação epidemiológica, mas salientando a vigilância relativa à propagação de variantes. Por outro lado, o Conselho saúda a decisão de organizar, em novembro de 2021, uma sessão extraordinária da Assembleia Mundial da Saúde sobre uma Convenção-Quadro em matéria de Preparação e Resposta a Pandemias. Finalmente, debateu os primeiros ensinamentos que podem ser retirados da pandemia.
- **Migração:** foram adotadas [conclusões](#), manifestando preocupação com a evolução da situação nalgumas rotas e impulsionando as parcerias e a cooperação mutuamente benéficas com os países de origem e de trânsito, enquanto parte integrante da ação externa da União Europeia. A Comissão e o alto representante deverão apresentar, no outono de 2021, planos de ação para os países de origem e de trânsito prioritários. Por outro lado, convida a Comissão a fazer o melhor uso possível de pelo menos 10 % do enquadramento financeiro do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI) para ações relacionadas com a migração, e a comunicar ao Conselho, até novembro, as suas intenções a este respeito.

- **sobre as relações externas**, o Conselho debruçou-se sobre vários temas, incluindo a **Turquia e a Rússia**, tendo adotado [conclusões](#) sobre esta matéria.

Sobre a **Turquia**, foi reiterada a disponibilidade da UE para colaborar de forma faseada, proporcionada e reversível. O Conselho tomou nota do início dos trabalhos a nível técnico com vista a um mandato para a modernização da União Aduaneira UE-Turquia e dos trabalhos preparatórios para os diálogos de alto nível sobre migração, saúde pública, clima, luta contra o terrorismo e questões regionais. Por outro lado, o Conselho Europeu continua plenamente empenhado na resolução global do problema de Chipre com base numa federação bicomunitária e bizonal com igualdade política.

No que diz respeito à **Rússia**, foi debatido o [relatório do alto representante e da Comissão com opções políticas sobre as relações UE-Rússia](#) e reiterou-se a abertura a um diálogo seletivo com a Rússia sobre questões de interesse para a UE. A Comissão e o alto representante foram convidados a **desenvolver opções concretas**, incluindo condicionalidades e elementos de influência sobre temas como o clima e o ambiente e a saúde, bem como sobre questões específicas de política externa e de segurança e questões multilaterais, como o PACG, a Síria e a Líbia. Neste contexto, o Conselho Europeu explorará formatos e condicionalidades para o diálogo com a Rússia.

Recorde-se que, na véspera do Conselho, a **França e a Alemanha apresentaram uma proposta** sobre como abordar as relações estratégicas com a Rússia, sugerindo a possibilidade de realização de uma Cimeira com o Presidente Vladimir Putin, o que não ficou consagrado nas Conclusões.

- **Cimeira do Euro**: em 25 de junho, os dirigentes da UE [debateram os desafios económicos para a área do euro](#) na sequência da crise da COVID-19, incluindo uma reapreciação dos progressos alcançados a nível da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais.

Hungria

Um dos temas centrais (ainda que não conste das Conclusões formais) foi a [discussão sobre a lei aprovada no Parlamento húngaro no dia 15 de junho](#) que, embora destinada originalmente a proteger as crianças contra os crimes de pedofilia, equipara a homossexualidade, a mudança de género e a divergência de identidade de género relativamente à de nascença, à pornografia e considera-as como [suscetíveis de exercer uma influência física e moral negativa no desenvolvimento dos menores](#). A Comissão Europeia [anunciou o envio de uma carta](#) às autoridades húngaras (disponível [aqui](#)) expressando as suas veementes dúvidas sobre a conformidade desta Lei com os Tratados da UE, antes daquela entrar em vigor. Antes do Conselho Europeu, e por [iniciativa da Bélgica](#), 17 Estados-Membros [adotaram uma declaração](#) exortando a Comissão a tomar medidas legais contra a Hungria. Na âmbito do Conselho, vários líderes se referiram expressamente a esta questão, tendo - por exemplo - o primeiro-ministro neerlandês, Mark Rutte, [dito](#) que o seu objetivo era “[deixar a Hungria de joelhos nesta questão](#)” e que, se não recuarem nesta matéria, “o seu lugar já não é na UE”.

O Governo húngaro respondeu, através de um [comunicado](#), classificando de “vergonhosa e parcial” a declaração da Comissão Europeia.

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU²

Realizou-se, nos dias 23 e 24 de junho, uma [mini-sessão plenária do PE](#), em Bruxelas, destacando-se:

- Discurso do recém-eleito [Secretário-Geral da ONU, António Guterres](#): que reiterou a necessidade de um plano global de vacinação para COVID-19, destacando que a pandemia da COVID-19 revelou sistemas de saúde totalmente inadequados, enormes lacunas na proteção social e grandes desigualdades entre os países e dentro deles. Na sua intervenção, disponível

² Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

integralmente [aqui](#), Guterres referiu que “*Enquanto alguns países estão a começar lentamente a ver a luz ao fundo do túnel, o vírus continua a ser uma realidade ameaçadora em muitos locais do globo e, portanto, para todos nós*”, destacando o caso de África.

Guterres também reiterou a necessidade de uma estratégia global de vacinação e dos países produtores de vacinas se unirem numa missão de emergência, apoiada pela Organização Mundial da Saúde, a Gavi Vaccine Alliance e instituições financeiras internacionais, para mobilizar as empresas farmacêuticas e os principais atores industriais.



- [Aprovação da Lei Europeia do Clima](#), [acordada](#) informalmente com os Estados-Membros em abril, com 442 votos a favor, 203 contra e 51 abstenções. A nova lei transforma em obrigação vinculativa o compromisso político do [Pacto Ecológico Europeu](#) de levar a UE à neutralidade climática até 2050. A nova Lei Europeia do Clima aumenta a meta de redução de emissões da UE para 2030 de 40% para pelo menos 55%. Com a contribuição de novos sumidouros de carbono, esta pode subir para 57%.

Outros debates e resoluções

- [Política de coesão: € 243 mil milhões para regiões mais verdes e combate à crise](#);
- Debate sobre o [Conselho Europeu de 24 e 25 de junho](#);
- [Parlamento exige acesso universal à saúde sexual e reprodutiva em toda a UE](#);
- Debate sobre o [futuro das relações UE-Suíça](#), com a presença da [Comissão Europeia](#);
- Relatório anual do Estado de Direito: [avaliação do PE](#);
- [COVID-19: PE pede mais fundos para ajudar países desfavorecidos na pandemia](#);
- Aprovação do relatório sobre a [perspetiva europeia da Bósnia-Herzegovina](#).

4. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

ECON

A Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, no âmbito do [Diálogo Monetário](#), realizou uma [troca de pontos de vista com a Presidente do BCE](#), Christine Lagarde, sobre os **efeitos da política de taxas de juro negativas, as repercussões das políticas fiscal e monetária dos EUA e a revisão da estratégia de política monetária do BCE**. No que se refere ao [Diálogo Económico](#), os membros da Comissão ECON debateram com o Presidente do Eurogrupo, Paschal Donohoe, o trabalho em curso do Eurogrupo, nomeadamente **medidas políticas de curto prazo destinadas a combater as consequências económicas, financeiras e sociais da COVID-19, políticas de médio prazo para apoiar uma recuperação sustentável e aumentar a resiliência da zona euro e medidas de longo prazo relacionadas com o quadro de governação da UEM**, incluindo a conclusão da União Bancária. Os membros desta Comissão realizaram ainda um [diálogo estruturado com o Comissário Paolo Gentiloni](#) para discutir o próximo programa de trabalho da Comissão Europeia na área fiscal, sobretudo no que se refere às propostas do **Mecanismo de Ajustamento das Emissões de Carbono nas Fronteiras, imposto digital da UE e a revisão da Directiva relativa à tributação da energia**.

AFCO

A Comissão dos Assuntos Constitucionais organizou, no dia 22 de junho, uma [reunião com os Parlamentos nacionais sobre a lei eleitoral do PE e o direito de inquérito parlamentar](#). A reunião contou com a participação, como **oradores**, de dois deputados da Assembleia da República: **Deputada Isabel Oneto (PS), no painel relativo à lei eleitoral do PE, e Deputado André Lima Coelho (PSD) na sessão sobre o direito de inquérito parlamentar**. A delegação da Assembleia da República, composta por membros da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Comissão de Assuntos Europeus, era ainda constituída pelos Deputados José Manuel Pureza (BE) e Cristina Mendes da Silva (PS). A gravação da reunião encontra-se disponível na íntegra [aqui](#).

SEDE

A Subcomissão de Segurança e Defesa realizou um [debate sobre os resultados da Cimeira UE-EUA](#), que teve lugar no dia 15 de junho, contando com a participação de Amanda Sloat, Diretora para a Europa do Conselho Nacional de Segurança dos EUA e Assessora Especial do Presidente Joe Biden. A reunião foi organizada em associação com a delegação do PE para as relações com os EUA.

5. COMISSÃO | PLANOS NACIONAIS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Esta semana, a Comissão Europeia **endossou os Planos nacionais de Recuperação e Resiliência de vários Estados-Membros** (toda a informação sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência [aqui](#)), nomeadamente da [França](#), [Bélgica](#), [Itália](#), [Alemanha](#), [Letónia](#), [Eslováquia](#), [Áustria](#), [Espanha](#), [Grécia](#), [Dinamarca](#), além do de [Portugal](#).

6. PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU - NOVAS REGRAS

A 23 de junho, o PE adotou [um estatuto modernizado das funções associadas ao cargo de Provedor de Justiça Europeu](#). O Tratado de Lisboa estabelece um procedimento especial para as decisões sobre este estatuto: as regras são elaboradas pelo Parlamento Europeu, que deve obter o parecer da Comissão e a aprovação do Conselho antes da votação final dos eurodeputados. As regras já não eram atualizadas desde o período anterior ao Tratado de Lisboa. O Parlamento apresentou uma proposta em fevereiro de 2019, e as negociações levaram a um acordo informal entre as instituições em maio de 2021, [tendo o Parlamento proposto a 10 de junho](#) um texto em conformidade com o compromisso.

O Provedor de Justiça Europeu tem por objetivo proteger os interesses das pessoas e investigar casos nos quais uma instituição ou órgão da União Europeia (UE) tenha alegadamente agido em violação da lei ou das boas práticas administrativas. Os casos podem dizer respeito a irregularidades administrativas, discriminação, abuso de poder ou ausência de ação.

O [estatuto atualizado](#) confirma o direito do Provedor de Justiça a agir não só em relação a queixas, mas também a conduzir inquéritos de iniciativa própria para identificar casos recorrentes ou particularmente graves de má administração por parte de instituições da UE. Tem o direito a pedir acesso a informações ou documentos classificados associados a um inquérito em curso. As autoridades dos Estados-Membros também podem receber um pedido para partilhar informação.

O relator foi o deputado português [Paulo Rangel](#) (PPE, Portugal), que afirmou que a Provedoria de Justiça deve ser uma *"instituição independente, com capacidade de atuação e com liberdade de atuação"*.

7. COMISSÃO EUROPEIA | CIBER UNIDADE CONJUNTA

A Comissão [apresentou](#) esta semana a sua visão para a criação de uma nova **ciberunidade conjunta**, **com o objetivo de fazer face ao número crescente de ciberincidentes graves** que afetam os serviços públicos e a vida das empresas e cidadãos da UE.

Esta ciberunidade conjunta foi anunciada nas [orientações políticas](#) da Presidente da Comissão Europeia e o seu objetivo é congregar os recursos e conhecimentos especializados disponíveis da UE e dos seus Estados-Membros para prevenir, dissuadir e responder eficazmente a ciberincidentes e ciber crises em grande escala. A comunidades de cibersegurança (civis, policiais, diplomáticas e de ciberdefesa) disporão de uma plataforma virtual e física de cooperação que funcionará como uma plataforma europeia de solidariedade e assistência neste âmbito.

A plataforma surge da necessidade de coordenação, partilha de conhecimentos e alerta prévio e permitirá partilhar boas práticas, informações em tempo real sobre ameaças e funcionará a nível operacional e técnico para pôr em prática o [plano de ação da UE](#) de resposta coordenada a incidentes e crises em matéria de cibersegurança, com base em planos nacionais, e criar e mobilizar equipas de reação rápida da UE em matéria de cibersegurança. A Comissão apresentou ainda um [relatório](#) sobre os progressos realizados no âmbito da [Estratégia para a União da Segurança](#) e o primeiro relatório de execução no âmbito da nova [Estratégia da UE para a Cibersegurança](#).

8. RELAÇÕES UE - ANGOLA: ACORDO DE INVESTIMENTO

A Comissão Europeia iniciou esta semana a [primeira ronda de negociações com a República de Angola para um Acordo de Fomento do Investimento Sustentável](#), sendo este o primeiro acordo bilateral de fomento do investimento negociado pela UE.

Com base na boa governação e cooperação, o Acordo procurará concretizar os seguintes objetivos:

- promoção do investimento, reforço da transparência e previsibilidade de medidas de investimento;
- simplificação de procedimentos, incentivo à administração pública em linha e reforço do diálogo público-privado;
- promoção do desenvolvimento sustentável e investimento responsável;
- contribuir para a diversificação económica de Angola;
- auxiliar as PME;
- apoiar os esforços para atrair e reter investimento em Angola.

De acordo com o Comissário responsável pelo Comércio, Valdis Dombrovskis, «O lançamento das negociações com Angola demonstra que estamos a aprofundar o nosso relacionamento com os países africanos — um compromisso fundamental da nova estratégia comercial da UE (...) África é o nosso vizinho mais próximo e devemos fomentar a relação entre parceiros iguais.», tendo o Conselho estabelecido em maio passado as [diretrizes de negociação](#) deste acordo.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Negócios Estrangeiros

Na [reunião](#) que teve lugar no dia 21 de junho, os ministros trocaram pontos de vista sobre a **Bielorrússia** e adotaram [sanções](#) contra os responsáveis pelas violações dos direitos humanos e repressão da sociedade civil no país, assim como contra os responsáveis pela aterragem forçada e ilegal do voo da Ryanair em Minsk. Estas medidas foram coordenadas com o [Canadá, o Reino Unido e os](#)

[EUA](#). Foram ainda aprovadas opções para sanções económicas direcionadas. Os ministros fizeram também o balanço dos últimos acontecimentos no **Iraque**, sobretudo no que respeita às próximas eleições, segurança, estabilidade regional e compromisso bilateral. O Conselho decidiu ainda organizar o Conselho de Cooperação no quadro do Acordo de Parceria e Cooperação UE-Iraque e enviar uma missão de observação eleitoral. No que se refere à **América Latina e Caraíbas**, os ministros debateram os desenvolvimentos políticos e económicos e consequências da propagação da COVID-19 na região, concluindo pelo envio de uma missão exploratória eleitoral à Venezuela para analisar as condições para envio de uma missão de observação em novembro.

Foi discutido o Líbano, a Turquia, o Diálogo Belgrado-Pristina, o Processo de Paz no Médio Oriente, a situação em Tigré (Etiópia), às relações UE-Rússia e adotadas [conclusões](#) sobre o papel do património cultural, bem como a [terceira ronda de sanções](#) no caso de Mianmar/Birmânia.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares](#), destacando-se os debates sobre a [Cimeira da NATO](#), a [proteção das crianças na UE](#), o [semestre europeu](#) e sobre as [orientações de política de emprego](#) para os Estados-Membros. A 30 de junho, dia internacional do parlamentarismo, terá lugar um [debate sobre os perigos que os parlamentares enfrentam pelo mundo](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [30 de junho](#), destacando-se a apresentação da *Visão de Longo Prazo para as áreas rurais*.

Conselho da União Europeia

A [Presidência portuguesa](#) disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 28.06: [Conselho \(Agricultura e Pescas\), 28-29 de junho de 2021](#)

Presidência Portuguesa - Dimensão parlamentar

Cimeira de Parlamentos UE-Balcãs Ocidentais

No dia 28 de junho, terá lugar a segunda [cimeira de Presidentes de Parlamentos União Europeia-Balcãs Ocidentais](#), onde o Vice-Presidente António Filipe representará o Senhor Presidente da Assembleia da República.

Passagem de testemunho da Presidência Portuguesa para a Eslovena

No dia 30 de junho, pelas 10:30 de Lisboa, o Senhor Presidente da Assembleia da República terá uma reunião bilateral com os seus homólogos eslovenos da Assembleia nacional, Igor Zorčič, e do Conselho nacional, Alojz Kovšca, para um balanço da Presidência portuguesa, apresentação das prioridades da dimensão parlamentar da Presidência eslovena e passagem de testemunho formal entre os Parlamentos. O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus também estará presente.

Bruxelas | 25 de junho de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).